



**RELATORIO DO CONSELHO FISCAL DO APARECIDAPREV**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS - JANEIRO DE 2025**

Os membros do Conselho Fiscal do Aparecidaprev, nomeados pelo Decreto “N” nº 649 de 14 de agosto de 2024, de posse dos relatórios contábeis e de gestão administrativa e financeira passam a discorrer sobre as informações apresentadas, referente ao mês de janeiro de 2025. Foram disponibilizados a este Conselho Fiscal além das explicações sobre o mercado financeiro e as influências nos investimentos do Instituto, explicação sobre a administração do Instituto e também os seguintes relatórios:

I – Demonstrativo Financeiro e Administrativo - janeiro 2025;

II – Relatório dos Investimentos do Instituto - janeiro 2025;

III – Comparativo da Receita Prevista com a Arrecadada - janeiro 2025;

IV – Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Categoria Econômica – Anexo 02 - janeiro 2025;

V – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Anexo XI – janeiro 2025.

Esta análise visa interpretar as informações para compreender as situações existentes e potenciais necessidades de intervenções futuras, para garantir uma boa gestão dos recursos, conforme objetivos dos normativos aos quais somos vinculados, bem como, ao Modelo de Gestão almejado pelo Programa Pró-Gestão ao qual este Instituto é aderente e certificado.

Frisamos que esta análise se baseia única e exclusivamente nos dados e relatórios apresentados, sendo de inteira responsabilidade da Gestão do Instituto a veracidade das informações prestadas, não tendo este conselho realizado qualquer diligência ou inspeção adicional.

Conforme a Lei Complementar Municipal nº 010 de 20 de junho de 2005, em seu art.88 “O APARECIDAPREV terá como órgão responsável para examinar suas contas um Conselho Fiscal composto por três membros...” O parágrafo primeiro do mesmo artigo estabelece as seguintes competências do Conselho Fiscal:

I- reunir-se, ordinariamente, uma vez em cada quadrimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pelo CMP;

II - examinar e emitir parecer sobre o balanço anual e as contas apuradas nos balancetes;



- III - examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do APARECIDAPREV;
- IV - lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames procedidos;
- V - relatar, ao CMP, as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo as medidas que julgar necessárias.

De início verificamos as informações referentes a receitas e despesas. Fizemos identificação da receita por origem, onde temos no Relatório da Receita Prevista com Arrecadada os seguintes valores:

Receita	Janeiro/24	Janeiro/25	Crescimento %
Rec. Contribuições	6.529.392,10	10.108.986,77	
Rec. Patrimonial	7.029,92	4.707.636,65	
Outras Rec. Correntes (comp. entre regimes)	238.447,00	11.731,70	
Rec. Intra-orçamentária	6.852.048,30	5.406.843,14	
<b>Total</b>	<b>13.626.917,32</b>	<b>20.335.198,26</b>	<b>32,99%</b>

O quadro comparativo da receita nos induz a crer que houve um crescimento acentuado nas receitas do Instituto, porém, esse aumento também inclui o pagamento de contribuições que se encontravam em atraso, não servindo de parâmetro para comparativos e decisões baseadas somente no crescimento anual das contribuições, pois não houve crescimento no número de contribuintes. Comparando o mesmo período de 2025 com o período de 2024, pode-se verificar também que enquanto a receita de contribuição do servidor aumentou 35%, a receita de contribuição patronal reduziu 26%. Ao final do quadrimestre será possível enxergar com mais clareza o comportamento da receita.

Quanto às despesas, verificamos além do relatório apresentado com dados gerenciais, o relatório contábil de pagamentos, e identificamos os montantes pagos no período por categoria econômica, dividido por fonte de recursos, como segue:

TIPOS DE DESPESAS	Janeiro/25
<b>Fonte 103 – despesas previdenciárias</b>	<b>4.426.809,84</b>
Aposentadorias	3.776.812,38
Pensões	576.178,87
Salário família	130,00
Compensações previdenciárias	73.189,73
<b>Outros serv. Terc. Pessoa Jurídica (serviços bancários)</b>	<b>498,86</b>
<b>Fonte 177 – despesas administrativas</b>	<b>531.506,60</b>
Sentenças Judiciais	78.620,73
Vencimentos e vantagens Pessoal	368.196,08
<b>Auxílios alimentação e transporte</b>	<b>1.653,78</b>
Obrigações e Contribuições Patronais	52.175,96



Serviços Pessoa Jurídica	29.100,55
Serviço de Tecnologia da Informação	1.759,50
<b>Total de todas as despesas pagas</b>	<b>4.958.316,44</b>

Do total de R\$ 4.426.809,84 (quatro milhões, quatrocentos e vinte seis mil, oitocentos e nove reais e oitenta e quatro centavos) gasto com despesas previdenciárias foram utilizados para custeio de 1209 aposentadorias, 308 pensões e 2 salários família.

Quanto ao relatório das aplicações, restou demonstrado uma diversidade de aplicações atendendo a Resolução 4963 de 25 de novembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional, bem como, a política de investimentos aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência para o exercício.

No que tange a rentabilidade da carteira de investimentos do Instituto verificou-se uma rentabilidade de 1,19%, enquanto a meta para o período estava estimada em 0,60%, superando a meta prevista. Registra-se um patrimônio financeiro total de R\$ 881.412.995,64 (oitocentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e doze mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

Registre-se ainda, que foram apresentadas ao Conselho, informações sobre os débitos do município com o Instituto, contendo os montantes da dívida, a quantidade de parcelas aprovadas de acordo com o prazo acordado para pagamento e a metodologia de atualização das parcelas.

Diante do exposto, aprovamos as demonstrações apresentadas.

Aparecida de Goiânia, 26 de março de 2025.

Alzeni Cardoso de Cirqueira  
Pres. Do Conselho Fiscal

Jean Jacques Martins Bastos  
Membro do Conselho Fiscal

Clayton Cesar Silva  
Membro do Conselho Fiscal